



INTER
FACES
CIENTÍFICAS

EDUCAÇÃO

ISSN IMPRESSO 2316-333X

E-ISSN 2316-3828

DOI-10.17564/2316-3828.2016v5n1p41-50

O TEMA DO PÓS-ABOLIÇÃO EM SALAS DE AULA DE HISTÓRIA DO BRASIL: NOTAS INTRODUTÓRIAS

Maria Emília Vasconcelos dos Santos¹

RESUMO

Este artigo é um exercício inicial de análise de uma pesquisa em andamento, que tem por objetivo investigar como tem sido tratado e instaurado significados aos egressos do cativo e seus descendentes nos livros didáticos de história do Brasil. Por fim, propomos uma atividade a ser

aplicada em sala de aula do ensino fundamental II e do ensino médio.

PALAVRAS-CHAVE

Ensino de História. Pós-abolição. Racismo.

ABSTRACT

This paper is an initial exercise analysis of a study in progress which aims to investigate how it has been dealt with and brought meaning to the captivity graduates and their descendants in textbooks of history of Brazil. Finally, we propose an activity

to be applied in the classroom of Elementary School II and High School.

KEYWORDS

History Teaching. Post-Abolition. Racism.

RESUMEN

Este artículo es un ejercicio inicial del análisis de un estudio en curso, cuyo objetivo es investigar la forma en que se ha tratado y traído sentido a los que salieron del cautiverio y sus descendientes en los libros de texto de historia del Brasil. Finalmente, proponemos

una actividad para ser aplicada en clases de la escuela primaria II y la escuela secundaria.

PALABRAS-CLAVE

Enseñanza de historia, posabolucionismo, racismo.

1 INTRODUÇÃO

Desde a década de 1980 nosso país tem vivido a emergência de movimentos sociais e a intensificação do debate, de propostas e de políticas, visando o combate às desigualdades perpetuadas historicamente (GOHN, 2011). Um dos caminhos para promover o reconhecimento e a valorização da diversidade socio-cultural e, mais especificamente da cultura e história afro-brasileira, foi promover, no plano formal, mudanças na legislação educacional.

A reivindicação desses grupos possibilitou uma série de ganhos, dentre elas, destacamos a lei 10.639/2003 que tornou obrigatório no Brasil, em todas as escolas, o ensino de história da África e de história e cultura afro-brasileira. O que se constitui como um instrumento importante no combate ao preconceito racial no país (SANTOS, 2013).

Crianças e adolescentes negros e brancas têm muito a ganhar com práticas pedagógicas (em diferentes campos disciplinares) que tomem como um dos seus eixos norteadores o ensino qualificado das histórias e culturas afro-brasileiras. A fim de evitar posturas preconceituosas por parte dos alunos. O racismo é um problema endêmico em nosso país, onde não podemos esquecer – se morre de racismo (RELATÓRIO..., 2015), cabendo também a nós educadores promover ações que modifiquem positivamente esse quadro.

Sendo assim, observamos a necessidade de relacionar o combate ao racismo com o ensino da história das relações raciais. Podemos fazer uso da prática pedagógica para redirecionar o olhar dominante, a visão preconceituosa, fazendo com que se veja de um novo ponto de vista. O que falamos em sala de aula pode influenciar sobre as relações que os alunos estabelecem dentro e fora da escola.

Apontamos para a necessidade das secretarias de educação promover a continuidade da formação de docentes do ensino básico e profissionais atuantes na

área da educação, interessados em buscar conhecimentos na área das relações raciais. A realização de cursos de aperfeiçoamento se faz da maior relevância e também serve para atender as exigências da implementação da Lei 10.639.

Relacionada às questões acima apontadas, consideramos de suma importância a realização de cursos de aperfeiçoamento, pois, as discussões neles realizadas retornam para os estabelecimentos de ensino com a possibilidade de serem amplificadas ao abordá-las com os alunos de diferentes cores e pertencimentos étnicos, e conseqüentemente com seus pais, familiares, vizinhos e amigos. Enfim, a sociedade como um todo se beneficiará se tivermos a oportunidade de discutir como se construiu a desigualdade racial, percebendo que a situação atual não é algo permanente e que pode ser mudada. Para tanto, é indispensável acessar o passado o que nos permitirá refletir sobre as repercussões dele no presente

2 O PERÍODO PÓS-ABOLIÇÃO EM SALA DE AULA

Ao tratar do estudo das relações raciais a disciplina de história tem se concentrado no período da escravidão. Não podemos negar que a escravidão e o tráfico de africanos são temas importantes para a abordagem da história das relações raciais. Mas é preciso evitar tomar os africanos e brasileiros negros escravizados apenas como vítimas e também “resuscitá-los”, apontando as situações de protagonismo, nomeando-os como os heróis negros do passado a exemplo de Henrique Dias e Zumbi dos Palmares (MATTOS, 2010). É preciso discutir esse assunto com certo equilíbrio, não se pode deixar de falar das violências cometidas, mas também é necessário abordar a questão, apresentando outras realidades existentes ao longo do período escravista, como também, no pós-abolição.

As diferentes formas de resistência à escravidão, por exemplo, são evidências de que os escravizados não eram vítimas passivas. Essa percepção faz dos africanos

e seus descendentes sujeitos históricos o que a historiografia contemporânea da escravidão e do pós-abolição tem mostrado por meio das pesquisas acadêmicas.

Um tema importante para o ensino de história das relações raciais é o que concerne ao processo de abolição e pós-abolição em Pernambuco. Trataremos da experiência pernambucana por que foi nosso espaço de pesquisa para o doutoramento e onde tivemos acesso às fontes documentais e bibliográficas. Sendo assim, ao avançar das pesquisas e das discussões empreendidas sempre que possível faremos um movimento analítico dessas experiências relacionando-as à história nacional. O processo de abolição é um momento importante para refletir sobre o protagonismo social e político dos sujeitos escravizados e da população de cor livre para por fim ao cativo e também para discutir o que aconteceu com essa população após a assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888 (XAVIER, 2013).

Essa questão permite realizar uma discussão em sala de aula, que promova o enfrentamento das desigualdades sociais e raciais presentes em nossa sociedade e que contribua para o questionamento de valores e certezas historicamente construídas. Tal prática tem o potencial de repensar e desestabilizar hierarquias sociais e relações de poder, além de fomentar a organização dos sujeitos coletivos no combate ao preconceito sócio racial.

A realização de uma reflexão sobre a abolição e o pós-abolição aqui empreendida tem como um dos objetivos apresentar aos docentes do ensino básico o tema e instigar a construção de estratégias didáticas que ajudem a refletir sobre a história e cultura das populações negras e, além disso, promover o enfrentamento ao preconceito racial e pensar a melhor maneira de empreender mudanças no seu cotidiano escolar. Pretendemos assim, abrir um leque de possibilidades com a discussão da história do processo de abolição e do pós-abolição com uma perspectiva histórica que contribua na produção de uma sociedade

menos preconceituosa e que pense as desigualdades como resultado de uma construção histórica que pode vir a ser modificada.

O propósito com essa pesquisa será atrair atenção para o tema e fazer o chamamento para a inserção do tema do pós-abolição entre os conteúdos escolares, visando contribuir para a valorização do pertencimento racial na contemporaneidade.

Como metodologia, realizaremos uso da pesquisa bibliográfica, como livros, artigos e teses que versam especificamente sobre o tema aqui abordado, todos eles produzidos ao longo dos anos 2000 até 2015². Os textos tornaram-se fontes para pesquisar o tema da abolição e do pós-abolição e para utilizar as apreciações, os dados e as categorias apresentadas pelos autores dos estudos. Por outro lado, desenvolveremos a investigação e análise por meio da pesquisa documental, utilizando fontes históricas como os ofícios policiais, processos judiciais, relatos de memórias e jornais.

Empreenderemos ainda, uma pesquisa que afirme o protagonismo de homens, mulheres e crianças negras na narrativa história. Buscando fugir do que Hebe Mattos chamou do “lugar encapsulado” em que os africanos e seus descendentes são visibilizados, em grande parte como mão de obra que fez funcionar a economia da grande lavoura ou do lugar da subalternidade que supostamente não comportava um projeto político. O acesso às fontes terá por objetivo visibilizar as histórias da população negra, considerando as suas dimensões políticas, sociais, educacionais, econômicas e culturais, em toda sua complexidade, sejam pesquisadas e trabalhadas em salas de aula.

No que se refere ao período pós-abolição em Pernambuco e no Brasil temos poucas referências nos livros didáticos sobre os negros ou indivíduos de cor, como se chamava também a época (egressos do cativo e seus familiares), após o dia 13 de maio (AL-

2. Parte das pesquisas foi realizada nas bibliotecas digitais nos programas de pós-graduação em História no Brasil.

BUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006). Sendo assim, acabamos acessando grande parte das vezes suas experiências por meio do cinema, TV (especialmente novelas), revistas, noticiários e pelos relatos de memórias que por vezes mobilizam representações estereotipadas sobre os africanos e seus descendentes.

Essas representações pouco qualificadas ou estereotipadas são tributárias das representações apresentadas nos jornais e relatos de memórias, produzidos no imediato, pós-abolição. Boa parte dos negros foi apontada nesses registros como salteadores de estradas, mendigos, vagabundos, bêbados e incapacitados para cuidar dos seus filhos. Como na análise feita junto à fonte histórica disposta logo abaixo:

Em 5 de junho de 1888 o delegado de Escada iniciou seu ofício, relatando o que tinha ocorrido dias antes no Engenho Refresco: as ingênuas Paulina e Salustiana finalmente tinham sido entregues para a mãe. Elas estavam sendo disputadas pelo Dr. Sérgio, proprietário do referido engenho, e pela mãe das meninas, a ex-escrava Maria, apontada como mulher solteira, que vivia embriagada e possuía maus costumes. Essa caracterização procurava desqualificar e dificultar a retomada da tutela das suas filhas, que já deviam executar pequenos afazeres e quando crescessem passariam a executar os mais diversos serviços naquele engenho.

O delegado ainda abordou outra questão em seu relato, informando que desde o dia 13 de maio o seu “trabalho tem sido excessivo para conter essa gente [os libertos] e fazê-los trabalhar”. Por fim ele disse que a Abolição trouxe transtornos, medo de saques, indisposições no Engenho Jundiá e pelo restante da cidade. Por isso, solicitava o aumento do destacamento policial, a fim de conter os “desordeiros” e também porque seu trabalho, no qual já era bastante experimentado, agora tinha crescido consideravelmente. E alertava que se as providências não fossem tomadas “teremos de lastimar muitas desgraças em

lugar de evitá-las”.³

Esse pequeno fragmento apresenta a problemática da reorganização do trabalho, as dificuldades enfrentadas pelos libertos para gerir as suas vidas e os conflitos que nasceram da quebra de antigas hierarquias no imediato pós-abolição.

Para desconstruir a representação tais como a evidenciada no documento da polícia, é importante trabalhar com os alunos que essas tipologias não são naturais e que foram socialmente construídas pelos jornalistas, autoridades policiais e senhores de engenho. Tal imaginário ganhou força na virada do século XIX para o XX quando os ex-escravos e seus descendentes vão sendo retratados como indivíduos indisciplinados e sem aptidão para o trabalho. Tais imagens sobre os homens e mulheres negros ainda têm força no momento presente e por isso, é preciso fazer um uso mais propositivo do ensino de história para realizar um enfrentamento sistemático ao racismo. Um olhar diverso veria nesses documentos registros de autonomia por parte dos ex-escravizados.

3 PROPOSTA A SER REALIZADA EM SALA DE AULA

O docente deverá se municiar da bibliografia existente acerca da temática, visitando repositórios de publicações digitais a exemplo do construído pelo Grupo de Trabalho Emancipações e Pós-abolição ligado à Associação Nacional de História (ANPUH)⁴. Nos seus aspectos metodológicos, o professor deve promover atividades que englobem debates conceituais e a discussão de atividades práticas sobre a temática da abolição e do pós-abolição em Pernambuco.

Parte das atividades estará centrada em apre-

3. Ofício da Subdelegacia de Escada, 5 de junho de 1888, folhas sem numeração, APEJE - Fundo SSP, Delegacia de Polícia de Escada, nº 131 (1888-1899).

4. Aqui é possível encontrar dissertações, teses e artigos referentes ao tema do pós-abolição (ASSOCIAÇÃO..., [on-line]).

sentar a temática e orientar as leituras do período correspondente aos anos finais do processo de abolição e da primeira república, oportunizando, dessa maneira a aquisição de conhecimentos que possibilitem a compreensão e enfrentamento de desigualdades historicamente perpetuadas em nossa sociedade. Como as práticas discriminatórias e desqualificadoras desferidas, muitas vezes, às crianças e jovens negros que em grande parte se encontram despreparados para realizar um enfrentamento mais consistente ao racismo.

No desenvolvimento das aulas devem ser apresentados textos acadêmicos e fontes históricas que possibilitem uma visualização dos tópicos temáticos, principalmente, no que concerne a discussão do processo de abolição e do pós-abolição em Pernambuco e no Nordeste do Brasil.

Com este olhar, possibilitaremos aos docentes do ensino básico construir estratégias didáticas para refletir sobre a história das populações negras, o enfrentamento ao preconceito racial e pensar a melhor maneira de empreender mudanças no seu cotidiano escolar. Pretendemos assim, abrir um leque de possibilidades com a discussão da história do processo de abolição e do pós-abolição como uma história política que contribua na produção de uma sociedade menos preconceituosa e que pense as desigualdades como resultado de uma construção histórica que pode vir a ser modificada.

4 ESTUDO DIRIGIDO COM FONTES PRIMÁRIAS (PÓS-ABOLIÇÃO):

Na primeira parte da oficina a ser realizada com os estudantes deve-se apresentar a bibliografia sobre o tema, questionando alguns pressupostos ou ausências presentes nos livros didáticos e da memória coletiva partilhada para que discentes reflitam e reavaliem o material didático em uso, as práticas que ocorrem no espaço escolar e em seu cotidiano no que diz respeito às populações negras.

Por conta da vida corrida dos professores e das professoras no contexto atual a nossa sugestão de atividade para ser realizada em sala de aula é bastante prática. Nossa intenção é incentivar a elaboração de uma atividade que não precise necessariamente que o professor para construir seu recurso didático tenha de sair de casa. A atividade pode ser feita com uso de bibliografia específica e com a consulta de fontes históricas disponíveis na internet e nos textos acadêmicos.

Busca das fontes:

- Trabalhos sobre Pernambuco que discutam a Abolição e o Pós-abolição (fazer uso das discussões e das fontes utilizadas);
- Fazer pesquisas no repositório da Biblioteca Nacional (jornais);
- Podemos também fazer uso das peças teatrais abolicionistas (Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco – Coleção Especial);
- Pesquisa no Instituto Histórico – cartas e bandeiras dos clubes abolicionistas;
- Entrevistas com descendentes de sujeitos escravizados (história oral) – A exemplo do trabalho realizado no Labhoi-UFF Memórias do Cativo (vídeos disponíveis em um canal no youtube).

Temas que podem ser tratados em sala de aula:

- Fugas na década de 1880;
- Atuação do movimento abolicionista e seus personagens;
- Comemorações do dia 13 de maio;
- Festejos que envolvem a questão negra;
- Capoeira;
- Movimento negro (Brasil e Pernambuco).

Atividade proposta:

Uso dos ofícios policiais da década da Abolição e do Pós-abolição:

- 1 – Apresentar o documento original e se

- possível fazer a transcrição com os alunos;
- 2 – Fazer um vocabulário de palavras desconhecidas;
 - 3- Identificar data e autoria do documento;
 - 4- Questionar quais eram os objetivos de quem elaborou o documento;
 - 3 – Saber como se faz o trabalho do historiador (que fazem uso de documentos);
 - 4 – Discutir que estes documentos servem para produzir a história de nossos livros didáticos.

Por fim, após os procedimentos apontados mais acima os alunos devem junto ao professor refletir, inicialmente, sobre duas questões 1- Em que medida a luta dos escravizados contribuiu para o fim da escravidão? 2- Quais eram as expectativas dos negros com a Abolição? Deve ser estimulado pelo docente à proposição de novas questões por parte dos estudantes.

Como apoio para essa atividade fazer uso de algumas produções acadêmicas referentes à Pernambuco e a região Nordeste já que a discussão sobre o pós-abolição é recente no debate acadêmico no Brasil e data do início dos anos 2000.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os docentes devem empreender práticas e voltar sua atenção e criatividade para fazer emergir por meio de sua atuação e pesquisa outras representações sobre a população negra no período pós-abolição que sejam incorporadas ao ambiente do ensino de história. Nessa incursão ao invés de reforçar determinadas visões associadas à figura do escravo deve-se ter como referência visibilizar outras histórias, experiências culturais e lutas políticas e por direitos dos afro-descendentes para além da escravidão.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Salvador**: Centro de Estudos Afro-Orientais. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. <<http://acbantu.org.br/img/Pdfs/livro03.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Escravidão, liberdade e resistência em Sergipe**: Cotinguiba (1860-1888). 2007. Tese (Doutorado) – UFBA, Salvador-BA, 2007.

ASSOCIAÇÃO Nacional de História (ANPUH). Publicações de teses, dissertações e artigos. GT Nacional, **Emancipações e pós-abolição**. Disponível em: <<https://emancipacoesposabolicao.wordpress.com/publicacoes/>>. Acesso em: 10 set. 2015.

AVELINO, Camila Barreto Santos. **Novos cidadãos**: trajetórias, sociabilidade e trabalho em Sergipe após a abolição (Cotinguiba 1888-1910). 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia, Programa de Pós- Graduação em História Regional e Local, 2010.

BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. **Capitães e Mateus**: reações sociais e culturas festivas e de luta dos trabalhadores dos engenhos da mata norte de Pernambuco (Comarca de Nazareth – 1870/1888). 2011. Tese (Doutorado) – UNICAMP, Campinas-SP, 2011.

CASTILHO, Celso. **Abolitionism Matters**: The Politics of Antislavery in Pernambuco, Brazil, 1869-1888. 2008. Tese (Doutorado) – University of California, Berkeley, 2008.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade**: Rotinas e rupturas do Escravismo no Recife 1822-1850. Recife: UFPE, 1998.

FRAGA FILHO. **Encruzilhadas da liberdade**. Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas: Unicamp, 2006.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v.16, n.47, 2011.

GOMES, Flávio dos Santos; CUNHA, Olivia (Org.). **Quase-Cidadão**: Histórias e Antropologias da Pós-Emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

MACHADO, Maria Helena. **O Plano e o pânico**: os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: UFRJ; EDUSP, 1994.

MAIA, Iacy Mata. **Os “Treze de Maio”**: ex-senhores, polícia e libertos na Bahia pós-abolição (1888-1889). 2002. Dissertação (Mestrado) – UFBA, Salvador-BA, 2002.

MATTOS, Hebe. et al. Personagens negros e livros didáticos: reflexões sobre a ação política dos afrodescendentes e as representações da cultura brasileira. In: FUNES, Eurípedes. et al (Org.). **África, Brasil, Portugal**: História e Ensino de História. Fortaleza: UFC/Expressão Gráfica, 2010.

MONTEIRO, Ana Maria; PEREIRA, Amílcar Araújo (Org.). **Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

RELATÓRIO Final Comissão Parlamentar de Inquérito Homicídios de Jovens Negros e Pobres. **CPI – Violência contra jovens negros e pobres**. Comissão parlamentar de inquérito destinada a apurar as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil. 2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/>

comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/55a-legislatura/cpi-morte-e-desaparecimento-de-jovens/relatorio-final-14-07-2015/relatorio-final-reuniao-de-15-07.15>. Acesso em: 27 de julho de 2015.

SANTOS, Lorene. Ensino de história e cultura africana e afro-brasileira: dilemas e desafios da recepção à lei 10.630/03. In: PEREIRA, Amílcar Araújo; MONTEIRO, Ana Maria. (Org.). **Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. **Domésticas criadas entre textos e práticas sociais**: Recife e Salvador (1870-1910). 2011. Tese (Doutorado) – UFBA, Salvador-BA, 2011.

SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. **Caminhos e descaminhos da abolição**. Escravos, senhores e diretos nas últimas décadas da escravidão (Bahia, 1850-1888). 2007. Tese (Doutorado), Curitiba: UFPR/SCHLA, 2007.

SOUZA, Edinéia Maria Oliveira. **Pós-abolição na Bahia**: Hierarquias, lealdades e tensões sociais em trajetórias de negros e mestiços de Nazaré das Farinhas e Santo Antônio de Jesus 1888/1930. 2012. Tese (Doutorado), – UFRJ/IFCS, Rio de Janeiro, 2012.

XAVIER, Giovana. “Já raiou a liberdade”: caminhos para o trabalho com a história da pós-abolição na educação básica. In: PEREIRA, Amílcar Araújo; MONTEIRO, Ana Maria. (Org.). **Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

Recebido em: 10 de setembro de 2015
Avaliado em: 4 de outubro de 2015
Aceito em: 10 de agosto de 2016

1. UFPE e FBV - mariaemilias@hotmail.com